

Design para o desenvolvimento: para uma história¹ *Design for development: towards a history*

Margolin, Victor

University of Illinois at Chicago (UIC), EUA

Resumo

Anterior a Victor Papanek com o livro *Design for the Real World* e a E.F. Schumacher com *Small is Beautiful*, a Declaração de Amhedabad para o Design Industrial e Desenvolvimento, que resultou de uma reunião em janeiro de 1979, discutiu a promoção do design industrial em países em desenvolvimento. Nos anos seguintes nem ICSID nem UNIDO seguiram esta visão e sim uma concepção muito mais restrita do design para o desenvolvimento. O objetivo deste artigo é repensar o espaço do design para o desenvolvimento, de modo que ele possa atender as necessidades de países em vias de desenvolvimento de modos mais efetivos.

Palavras-chave: desenvolvimento, historia, tecnologia

Abstract

Prior to Victor Papanek's *Design for the Real World* and E.F. Schumacher's *Small is Beautiful*, the Amhedabad Declaration on Industrial Design and Development, which resulted from a meeting in January 1979, has discussed the promotion of industrial design in developing countries. In subsequent years neither ICSID nor UNIDO followed through on this vision but a far more restricted view of design for development. The aim of this paper is to rethink the scope of design for development so it can address the needs of developing countries in the most effective ways.

Keywords: development, history, technology

1. Design e Desenvolvimento

Design para o desenvolvimento não é um conceito novo. Desde os anos 1960, ele foi introduzido esporadicamente no processo do desenvolvimento, embora ainda falte adquirir ainda um lugar permanente nesse processo. A idéia do desenvolvimento tem uma história relativamente curta. A estrutura tripartite de Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo, que dominou o pensamento sobre desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, foi baseada na ideologia da Guerra Fria que identificou o capitalismo como o sistema econômico mais favorável. O Primeiro Mundo consistiu das nações capitalistas ocidentais industrializadas; o Segundo Mundo compreendia as economias de comando centralizadas nos países comunistas, enquanto o Terceiro Mundo foi composto principalmente das nações novas que tinham sido previamente colônias de países do Primeiro Mundo e tinham conseguido a independência frequentemente por meio de revoltas e as guerras de libertação. A sustentação ideológica desta estrutura assimétrica politizou os três grupos, corrompendo a transferência de ajuda e apoio técnico com implicações propagandísticas.

Com o colapso da União Soviética e os regimes comunistas do Pacto de Varsóvia em 1989, a estrutura dos três-mundos perdeu o seu significado ideológico. Assim ocorreu com o termo "Terceiro Mundo," que veio tristemente codificar para muitos uma condição da pobreza e do desespero que não reconhecia suficientemente o potencial destes países para o desenvolvimento.

¹Este artigo foi apresentado originalmente na Conferência de Wonderground, Lisboa, Portugal Novembro 4, 2006 – Tradução para o Português: Lucy Niemeyer

Entretanto, algumas nações agrupadas previamente na categoria do Terceiro Mundo experimentaram suficientemente os altos níveis de crescimento econômico que os levaram ao patamar de países recentemente industrializados (*newly industrialized countries* - NECs).

Apesar destas mudanças, o desenvolvimento permaneceu focalizado primeiramente no avanço econômico, mas, dado o contexto ideológico dos planos de desenvolvimento nos anos do pós-guerra, era um desenvolvimento de acordo com os modelos dos países mais industrializados. Como parte deste processo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial forneceram empréstimos enormes aos países menos desenvolvidos para projetos principais da infra-estrutura tais como represas, estradas, e grandes empresas industriais. Para complementar estes projetos, as agências de ajuda bilateral internacionais e nacionais introduziram projetos sociais relativos à agricultura, à saúde e à ocasionalmente fabricação em escala reduzida.

Uma mudança no paradigma do desenvolvimento ocorreu começo dos anos 80 em que uma série de comissões internacionais tanto de dentro fora das Nações Unidas expandiu a definição do desenvolvimento para incluir a habilidade de criar o bem estar humano e não apenas uma infra-estrutura econômica.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*United Nations Development Program* - UNDP) adotou a idéia do *desenvolvimento humano*, que considerou questões da cultura, da igualdade social, da saúde, da nutrição e da instrução entre outras. Em 1987, *UN-sponsored World Commission on Environment and Development*, também conhecida como Comissão de Brundtland, introduziu um termo novo “desenvolvimento sustentável” em seu relatório *Nosso Futuro Comum*. A preocupação da Comissão com as “necessidades dos pobres do mundo” deslocou o argumento fundamental para o desenvolvimento da construção de projetos industriais em grande escala para a melhoria da pobreza. Igualmente deu a forte ênfase ao estado do ambiente, apoiando “a idéia das limitações impostas pelo estado de tecnologia e de organização social na habilidade do ambiente de atender necessidades presentes e futuras” (*Our Common Future*, 43). A ênfase nos fatores sociais e culturais do desenvolvimento foi mais amplificada em 1995 quando a Comissão Mundial para Cultura e Desenvolvimento, um grupo estabelecido pela UNESCO, introduziu o seu relatório próprio, *Nossa Diversidade Criativa*.

2. A declaração de Amhedabad

Onde, então, o design se ajusta neste quadro geral? Para responder a esta pergunta, eu quero começar com a Declaração de Amhedabad sobre Design Industrial para o Desenvolvimento (*Ahmedabad Declaration on Industrial Design for Development*), que resultou de uma reunião em janeiro 1979 para discutir a promoção do design industrial em países em vias de desenvolvimento. Começar com este documento fornecerá uma trajetória muito diferente do movimento do design para o desenvolvimento da que a maioria que frequentemente começa com *Design for the Real World* de Victor Papanek e *Small is Beautiful* de E.F. Schumacher. A conferência de Ahmedabad, realizada pelo Instituto Nacional de Design da Índia, resultou de um memorando que foi assinado em abril 1977 entre a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e o Conselho Internacional das Sociedades de Design Industrial (*International Council of Societies of Industrial Design* - ICSID). É significativo que o sócio original do ICSID pelas Nações Unidas de era a UNIDO em lugar do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) porque reforça o fato de que as Nações Unidas originalmente compreendiam design ser parte do processo de desenvolvimento industrial mais do que integrante do esforço humanitário para aliviar a pobreza. Naturalmente os dois objetivos são conectados, mas até certo ponto. Particularmente depois que Papanek publicou a edição da língua inglesa de seu livro em 1972, o design para o

desenvolvimento tornou-se associado primeiramente com projetos de baixa tecnologia voltados para que necessidades de sobrevivência da comunidade mais do que pela sua contribuição para estratégias nacionais de desenvolvimento.

Papanek, de fato, estabeleceu uma oposição binária no livro *Design for the Real World* entre os produtos irresponsáveis e desperdiçadores pelos quais os designers do Primeiro Mundo eram responsáveis e os produtos mais significativos que ele seus estudantes projetaram para o uso do Terceiro Mundo. O produto que ele mencionou às vezes como um exemplo de design para um país do Terceiro Mundo era um rádio da lata movido a cera da vela. Referiu-se a ele lhe como “um dispositivo transitório,” reivindicando que ele levava pessoas não sofisticadas a adotar eventualmente Panasonic, Phillips e outros rádios produzidos industrialmente.

Um ano depois que o livro de Papanek foi publicado, e talvez por causa dele, ISCID formou um grupo de trabalho para discutir as maneiras que os designers poderiam ajudar a reduzir problemas do Terceiro Mundo. Conhecido como o Grupo de Trabalho 4: Países em Vias de Desenvolvimento, foi conduzido por Paul Hogan da comitê irlandês de exportação e incluía entre seus membros Papanek, Knut Irã de Philips, de Jorg Glasenapp, de Goroslav Kepper, e de Amrik Kalsi, um queniano que era o único membro de um país em vias de desenvolvimento. De acordo com Papanek, o grupo se encontrou em alguns poucos meses por quase três anos. Em sua breve descrição do trabalho de grupo, ele notou que a sensibilidade do grupo às necessidades culturais estava em oposição “ao viés de alta tecnologia do expansionismo do design sentida como desejável por alguns no ICSID” (Papanek, 1986, 46). Uma das propostas do grupo era para “uma escola internacional de design para a metade do sul do globo” (Papanek 1983, 41). Um objetivo principal da escola, como ele apontou em um artigo 1983, era focar as realidades dos países periféricos, que foram caracterizados melhor “pela economia de trabalho intenso, em pequena escala ...” (Papanek 1983, 41).

A caracterização de Papanek das realidades dos país periféricos não poderia ter sido mais diferente dos objetivos da Declaração de Ahmedabad em 1979. Estava no espírito de uma chamada agressiva pelos países em vias de desenvolvimento para a reestruturação a economia mundial que a Conferência de Amhedabad aconteceu e a declaração foi produzida. A Conferência acertadamente reconheceu que o design poderia dar uma contribuição valiosa para o desenvolvimento econômico de uma nação e que “a metodologia do design é inadequadamente conhecida e usada insuficientemente como um recurso econômico” (Declaração de Ahmedabad, 1). Quando a declaração reconheceu que o design em países em vias de desenvolvimento teria que utilizar “habilidades, materiais e tradições autóctones,” ela igualmente declarou que o design tinha que absorver “o poder extraordinário que a ciência e a tecnologia podem tornar disponível a ele [;]” (Declaração de Ahmedbad, 1). O compromisso à ciência e à tecnologia e o desenvolvimento de ligações próximas com indústria eram um elogio significativo às idéias de Papanek e de Schumacher sobre o desenvolvimento orinetadas para a comunidade, enquanto igualmente mudaram a abordagem do ICSID sobre países em vias de desenvolvimento do interesse no desenvolvimento comunitário do Grupo de Trabalho 4 para uma indicação de apoio para os objetivos de produção industrial da UNIDO.

De todos os teóricos que escrevem sobre o design para o desenvolvimento desde a Declaração de Ahmedabad, o Gui Bonsiepe é a única pessoa que honrou o espírito desse documento. Em 1991 preparou um capítulo sobre design em países em vias de desenvolvimento para a obra em três-volumes *History of Industrial Design*, publicada por Electa em Milão. Bonsiepe alinhou o design claramente com a indústria, reivindicando que “uma história bem fundamentada e detalhada do design industrial na periferia da civilização moderna não pode ser escrita até que os historiadores

acumulem um retrato do desenvolvimento industrial com todas suas ramificação nos domínios do negócio, do comércio, da ciência, da tecnologia, e, sobretudo, da vida quotidiana da sociedade” (Bonsiepe 1991, 242).

Em seus escritos subseqüentes, Bonsiepe continuou a trabalhar dentro de um modelo do centro/periferia que destaca um relacionamento desigual de poder e privilégio entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento e demonstra que o design tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento industrial de países periféricos. Para organizar dados históricos, Bonsiepe criou uma matriz que cruzou seis domínios do design - gerência, prática, política, instrução, pesquisa e discurso - com cinco estágios do desenvolvimento. Os estágios da prática evoluem de uma situação onde os artistas autodidatas estejam trabalhando fora da indústria (um lugar onde Papanek vê como confortável) a uma busca por serviços que caracterizam o design industrial e finalmente aos designers que trabalham em empresas industriais. Entre as outras atividades que Bonsiepe previu no quinto estágio do desenvolvimento são as equipes de desenvolvimento multidisciplinares; simpósios internacionais, congressos, e competições; cursos educacionais exigentes em escolas bem equipadas, design como um objeto do estudo científico e a publicação de livros que tratem da prática do design assim como sua história e teoria. De fato, o estágio final proposto por Bonsiepe parece exatamente como a atividade de design em um país do mundo desenvolvido. A implicação de sua matriz é que o design e seu ambiente podem e devem amadurecer assim como a economia, a administração, e os serviços de uma nação se desenvolvem (Bonsiepe 1991, 255). A reivindicação de Bonsiepe para o papel do design no planejamento e no processo de desenvolvimento de uma nação segue razoavelmente próxima às recomendações da Declaração de Ahmedabad. Entretanto, como na Declaração, que incita designers trabalhar com uma escala ou organizações de indústrias pesadas às cooperativas de ofício em pequena escala, Bonsiepe nunca rejeitou indústrias em escala reduzida em favor de um movimento linear em direção à produção industrial.

A matriz que Bonsiepe propôs para o avanço do pensamento em design e do design em países em vias de desenvolvimento tornou-se mais complicada nos últimos anos pelas práticas globais das companhias multinacionais como Nike e Honda, que projetam seus produtos nos países industrialmente desenvolvidos e manufatura-os então em países do onde são pagos baixos salários como China, Tailândia, România, ou Bangladesh. As instalações fabris foram separadas do processo de design, dando aos países onde os produtos globais são manufaturados experiência com produção, mas não com design.

Em alguns casos, isto mudou quando os países que começaram a organizar produção remuneradas com baixos salários para empresas estrangeiras, entendendo que se elas pretendiam desenvolver indústrias locais, precisariam seus próprios designers. Japão foi talvez o primeiro país a compreender isto e começou nos finais do século dezenove do século na era de Meiji a treinar seus próprios designers para a indústria. Durante os anos 1950, o japonês aprendeu a manufaturar seus próprios produtos eletrônicos, adotando tecnologias americanas tais como o transistor antes que as companhias americanas fizessem. Nos anos 1960, o japonês, que quase derrotou a indústria americana da televisão, introduziu no mercado muitos dispositivos eletrônicos originais e começou a produzir os automóveis que eram de qualidade mais de alta do que a maioria de suas contrapartes americanas. Coréia do Sul igualmente começou a seguir a mesma e por 1967 produziu-o o seu próprio automóvel, o Hyundai. Agora Índia e China igualmente estão crescendo como produtores industriais.

Se comparamos a maneira como Gui Bonsiepe caracteriza o design no mundo em vias de desenvolvimento com aquele de Papanek, é evidente que o modelo cinco de estágio de Bonsiepe

oferece muito mais oportunidades para a intervenção do design nos setores diferentes da economia, reconhecendo como fez a Declaração de Ahmedabad que o design pode e deve desempenhar papéis múltiplos no processo de desenvolvimento. Bonsiepe apresentou um modelo detalhado do desenvolvimento que era muito mais amplo do que o foco corrente em necessidades básicas. Considerando que Bonsiepe derivou seus exemplos de design de países periféricos, primeiramente de Brasil e Índia, que já tinham setores industriais fortes, sua matriz pode, todavia, ser aplicada a todo país em vias de desenvolvimento, mesmo um que esteja envolvido em condições básicas da pobreza.

Bonsiepe não reivindicou que cada país tem o potencial de alterar rapidamente seu papel atual na economia global, mas sugeriu que isto fosse possível. Nos escritos após 1991, ele pôs uma ênfase forte na diferença entre aqueles países que historicamente exportaram matérias primas e importaram bens acabados, uma situação que ainda caracteriza grande parte do mundo em desenvolvimento, e aquelas que o produzem bens acabados para o seu próprio consumo e para a exportação externa. Claramente, os últimos são aqueles que mantêm a vantagem assimétrica e Bonsiepe incitou consistentemente os países em vias de desenvolvimento a incluírem o design em seus setores industriais.

Dentro da família das organizações das Nações Unidas, o design foi freqüentemente ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e dificilmente com UNIDO, apesar desta organização co-patrocinar a Conferência de Ahmedabad em 1979. Agências nacionais de desenvolvimento, tais como a USAID, a Agência Norueguesa para a Cooperação de Desenvolvimento (*Norwegian Agency for Development Cooperation - NORAD*), ou o Departamento da Grã-Bretanha para o Desenvolvimento Internacional (*Britain's Department for International Development*), igualmente fazem pouco uso do design como uma parte integrante de seus programas de ajuda. Da mesma forma, aos milhares de organizações não governamentais falta uma compreensão do que designers fazem, elas não conseguem tão pouco prever como o design pode contribuir em seus programas e interesses.

Entre as corporações multinacionais que atuam no processo de desenvolvimento construindo instalações de manufatura em países menos desenvolvidos, há um interesse escasso em cultivar as profissionais locais de design, dado que o design pode ser feito em qualquer lugar e as corporações não têm nenhum incentivo em trabalhar com designers aos quais podem faltar a sofisticação e o "*knowhow*" técnico de profissionais de design de países desenvolvidos.

Há diversas razões para esta falta da participação do design. Primeiramente, o design é compreendido pouco entre as incontáveis organizações envolvidas no processo de desenvolvimento, particularmente nos estágios menos avançados. Em segundo, e mais importante, é que se o design começa a contribuir para o sucesso de grandes empresas nacionais, pode acentuar ainda mais as vantagens assimétricas de comércio dos países desenvolvidos. Os exemplos de Japão e de Coréia do Sul devem transformar-se modelos para mais países e as organizações de ajuda devem colaborar para reforçar empresas maiores assim como as pequenas e médias empresas e as cooperativas em pequena escala. É igualmente verdadeiro que o impacto de algumas corporações multinacionais é tão grande nos países onde elas operam que seria extremamente difícil competir com elas sem algumas mudanças na legislação de comércio. Por último, o design é pouco considerado nas teorias de desenvolvimento em que os governos e as agências do financiamento externo baseiam suas políticas.

Que então pode ser feito? Primeiramente, a teoria do desenvolvimento tem que melhor integrar os múltiplos fatores do comércio, da transferência tecnológica e da expansão cultural que afetam as

condições para o desenvolvimento. Enquanto a amortização da dívida e os fundos dedicados à erradicação da pobreza forem essenciais, o que é igualmente necessário é um reforço das economias nacionais nas nações em desenvolvimento que possam ajudá-las a melhor a competir no exterior. O design para o desenvolvimento precisa ampliar a sua síntese de propósitos, de uma ênfase no alívio a pobreza para a inclusão da criação estratégica dos produtos para o mercado global. A indústria musical do mundo oferece um exemplo excelente de como os músicos dos países em desenvolvimento podem empreender altamente carreiras bem sucedidas e para transformar-se executores internacionais bem sucedidos. Um bom exemplo relacionado ao design é a moda, onde a habilidade tradicional pode facilmente ser combinada a um componente de design com forte valor agregado para criar os bens de alta qualidade para um mercado internacional.

3. Conclusão

Minha intenção neste artigo é repensar o espaço do design para o desenvolvimento, de modo que ele possa atender as necessidades de países em vias de desenvolvimento de modos mais efetivos. A Declaração de Ahmedabad incitou intervenções que variaram da consultoria a pequenas empresas às mais sofisticadas transferências de ciência e tecnologia. Nos anos subsequentes nem ICSID nem UNIDO seguiram esta visão e uma concepção muito mais restrita do design para o desenvolvimento, apoiada principalmente por Victor Papanek e E.F. Schumacher, veio dominar o discurso do design para o desenvolvimento. É hora de revisitar a Declaração de Ahmedabad ao lado do modelo mais abrangente de vários estágios proposto por Gui Bonsiepe para abordar a série completa dos fatores complexos que determinam as possibilidades para o desenvolvimento dentro da evolução da economia global.

4. Bibliografia

- Ahmedabad Declaration on Industrial Design for Development
BONSIEPE, G. "Developing Countries: Awareness of Design and the Peripheral Condition,"
History of Design: 1919-1990 The Dominion of Design (Milan: Electa, 1991), 252
Our Common Future: World Commission on Environment and Development (Oxford and New York: Oxford University Press, 1987)
PAPANEK, V. "Design in Developing Countries 1950-1985: A Summing-Up," Art Libraries Journal 11 no. 2 (1986), 46.
PAPANEK, V. "For the Southern Half of the Globe," Design Studies 4 no. 1 (January 1983), 61